DESIGNAÇÃO RÍGIDA, TEORIA CAUSAL E VERDADES NECESSÁRIAS *A POSTERIORI* - CONTRIBUIÇÕES DE SAUL KRIPKE (1940-)**

Alexandre Fernandes Batista Costa Leite*

Resumo: *o presente texto é uma tentativa de expor ganhos teóricos recentes no âmbito da filosofia analítica da linguagem. Saul Kripke nos mostra que os nomes próprios são designadores rígidos e que, ao contrário do que pensava Kant, o necessário pode ser a posteriori.*

Palavras-chave: *designação rígida, teoria causal e verdades necessárias a posteriori*

As tentativas de compreender como os nomes próprios cumprem sua função semântica de estar por objetos são, ao mesmo tempo, tentativas de compreender a relação entre a linguagem e o mundo.

Os objetivos do presente texto são três: primeiro, explicitar a tese kripkeana acerca da designação rígida dos nomes próprios; segundo, elucidar brevemente a teoria causal, que busca explicar como os nomes são usados corretamente em uma comunidade lingüística, assim como a esboça Kripke e, por fim, expor o ganho obtido no âmbito epistemológico por meio da construção de verdades necessárias *a posteriori*. O material para a investigação encontra-se basicamente no livro *Naming and necessity* e no artigo *Identity and necessity,* ambos escritos por Saul Kripke (1940).

---

* Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás. Professor convidado no Departamento de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Goiás.

** Este texto contou com a orientação técnica do s professores Adriano Naves de Brito, Sofia Stein, Wagner Sanz e Gonzalo Palácios.

Para tanto, faz-se necessário:

- apresentar a tese da designação rígida dos nomes próprios;
- expor a teoria causal da referência dos nomes próprios;
- mostrar que a partir da tese da designação rígida dos nomes e da análise dos enunciados de identidade entre nomes próprios segue-se a construção de verdades necessárias *a posteriori.*

Percebe-se, portanto, que não é alvo do presente texto explicar o funcionamento da teoria descritivista de Frege-Russell - teoria clássica - a qual sofre ataques severos de Kripke. Contudo, se necessário, algum ponto dessa teoria pode ser mencionado, na maioria das vezes, com a intenção de explicar os argumentos de Kripke.

Antes de expor os problemas que Kripke tenta resolver, bem como a reconstrução da argumentação que utiliza para solucioná-los, precisamos descrever o significado dos conceitos básicos que serão usados nas inferências que aqui serão realizadas. Iremos, pois, usar os conceitos do modo que Kripke usou, ao invés de interpretá-los. Assim não faremos somente quando Kripke (1980) não fornecer o significado, ou descrição, dos conceitos. Deste modo, temos, segundo Kripke (1980):

Nome [p. 24]: nome próprio. Exemplos: 'Aristóteles', 'Gödel', 'Goiânia'. Assumiremos ainda que os nomes próprios devem se referir a um e somente um objeto em cada uma de suas ocorrências, seja esse objeto determinado ou não.

Descrições definidas [p. 24]: frases da forma 'o x tal que jx'. Exemplos: 'a capital de Goiás', 'o autor de Memórias póstumas de Brás Cubas';

Designador [p. 18, 44]: termo comum para nomes próprios e descrições definidas; exemplos: 'Goiânia', 'a capital de Goiás';

Referente de uma descrição [p. 25-6]: o objeto que satisfaz univocamente as condições na descrição definida, por exemplo: Goiânia é o referente de 'a capital de Goiás', visto que satisfaz univocamente a condição da descrição. Uma descrição 'o x tal que jx' tem por referente x, desde que exista somente um x tal que φx;

Mundos possíveis/situações contrafactuais [p. 18, 44]: modos que o mundo poderia ter sido; um mundo possível é dado por um conjunto de descrições que nós associamos a ele, é uma estipulação sobre o que teria acontecido com uma parte do mundo em determinada ocasião;

Designador rígido [p. 48]: algum designador é rígido se em todo mundo possível ele designa/refere o mesmo objeto;

Designador não-rígido [p. 48]: algum designador é não-rígido ou DESIGNADOR ACIDENTAL se não designa/refere o mesmo objeto em todo mundo possível;

Enunciados de identidade:[1] *aqueles enunciados que têm dois nomes, constantes individuais ou variáveis unidas pelo predicado binário '=', que significa 'é o mesmo que'. Exemplos: 'Hesperus é Phosphorus', 'a=b', 'x=y', etc;*

Verdade a priori [p. 34-5]: aquela que pode ser conhecida independentemente de qualquer experiência;

Verdade a posteriori: aquela que só pode ser conhecida pela experiência;

Necessário: intuitivamente, aquilo que não poderia ser de outra forma; na semântica dos mundos possíveis de Kripke, um enunciado da forma 'é necessário p' é verdadeiro se e somente se p for verdadeiro em todos mundos possíveis num modelo . Por outro lado, um enunciado da forma 'é possível p' é verdadeiro se p é verdadeiro em algum mundo possível; enunciados da forma 'é necessário p' são simbolizados por p, ao passo que para enunciados da forma ' é possível p' usa-se ?p. Nota-se ainda que um enunciado p é possível ou necessário em relação a algum conjunto de mundos possíveis, ou seja, um modelo. Para o texto atual, usaremos um modelo clássico definido

Contingente: intuitivamente, aquilo que poderia ser de outra forma.

Esses são os conceitos básicos que devemos compreender para termos sucesso na exposição da argumentação elaborada por Kripke. É claro que alguém pode não concordar com as estipulações, mas isso nada afeta a presente exposição, dado que assumimos esses conceitos como assim definidos.

A TESE DA DESIGNAÇÃO RÍGIDA DOS NOMES PRÓPRIOS

Para Kripke, nomes próprios não são sinônimos de descrições definidas, pois essas possuem um conteúdo que diz algo acerca do objeto, enquanto os nomes não têm esse conteúdo, não indicam qualidades acerca de seus referentes, ou seja, não descrevem uma ou mais propriedades dos objetos. Dado que os nomes não têm conteúdo, segue-se que não funcionam do mesmo modo que as descrições definidas e, por isso, não são sinônimos, pois não se deixam substituir em todos os contextos de modo a salvar a verdade do enunciado. Vejamos um exemplo:

- Necessariamente, Aristóteles é Aristóteles.

Esse enunciado é verdadeiro, pois todo objeto é necessariamente idêntico a si próprio; se todo objeto é necessariamente idêntico a si próprio, 'Aristóteles é Aristóteles' ou 'a=a' são verdadeiros, pois são apenas instâncias de (x) □ (x=x):

$(x)\Box(x=x) \Rightarrow \Box(a=a)$

é, por eliminação do quantificador universal, uma inferência válida. A prova de que a proposição 1.a é verdadeira está em que ela é apenas uma instância de $(x)\ \Box(x=x) \Rightarrow \Box(a=a)$, em que 'a' foi substituído por 'Aristóteles'.

Agora, façamos a substituição do nome próprio 'Aristóteles' por uma descrição definida:

- Necessariamente, Aristóteles é o último grande filósofo da antigüidade.

O enunciado 'Aristóteles é o último grande filósofo da antigüidade' pode ser verdadeiro, bem como pode ser falso, visto que o último grande filósofo da antigüidade não é necessariamente Aristóteles. Portanto, é um fato contingente acerca de Aristóteles ele ter a propriedade de ser o último grande filósofo da antigüidade. Isso significa que em algum mundo possível 'Aristóteles é o último grande filósofo da antigüidade' é verdadeiro. Não obstante, que tal enunciado seja verdadeiro em todos os mundos possíveis é algo inadmissível, pois é o caso que podemos estipular um mundo tal que Aristóteles não seja o último grande filósofo da antigüidade ou que o último grande filósofo da antigüidade tenha sido Plotino. Nesses mundos, 'Aristóteles é o último grande filósofo da antigüidade' é falsa. Para que um enunciado 'p' com o operador modal de necessidade ($\Box p$) seja verdadeiro, é preciso que 'p' seja o caso em todos os mundos possíveis. Isso significa que $\Box p$ é verdadeiro se, e somente se, p for verdadeiro em qualquer que seja o mundo possível.

Para Kripke, nomes e descrições definidas não se deixam substituir entre si em todos os contextos *salva veritate,* isto é, de modo a salvar a verdade; por esse motivo não são sinônimos. Vimos acima que a substituição de um nome por uma descrição em um contexto modal pode transformar um enunciado verdadeiro em um enunciado falso - daí falarmos que nos contextos modais existe opacidade referencial. Isso nos garante que não são sinônimos. Se não são sinônimos, funcionam de modos distintos.

Kripke defende ainda que os nomes próprios não têm sentido e que conseguem cumprir sua função semântica de estar por objetos independentemente de qualquer descrição definida, pois aos nomes é dada a propriedade de se referirem diretamente. Kripke acredita que a ligação dos nomes aos objetos se dá sem a mediação de uma descrição definida. Para ele, nomes próprios se referem diretamente aos seus portadores.

Asserir que os nomes próprios são designadores rígidos significa aceitar que o nome, quanto ao seu uso, deve se referir ao mesmo objeto em todo mundo possível. Portanto, se algum termo é designador não-rígido é porque não se refere ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis – Kripke acredita que as descrições definidas têm a propriedade de ter sua referência variada de um mundo para outro, o que não é o caso em relação aos nomes.

Um fato levantado por Kripke para defender a tese que enuncia serem os nomes próprios designadores rígidos é o de que utilizamos os nomes em situações contrafactuais com a mesma referência que usamos no mundo atual, mesmo que o objeto tenha perdido ou ganhado propriedades. E essa tese é, de acordo com Kripke, intuitiva. Se os nomes se referem ao mesmo objeto em todo mundo possível, eles são designadores rígidos. O mesmo vale para as descrições. Os nomes são, de acordo com Kripke, designadores rígidos; contudo, as descrições definidas são designadores não-rígidos ou acidentais. Em situações contrafactuais, usamos os nomes de tal modo que eles se referem ao mesmo objeto que se referem no mundo atual, por exemplo:

- Suponhamos que Aristóteles tenha escrito *Crítica da razão pura* ...
- Imaginemos que Goiânia seja a capital do Brasil...

Nessas duas situações contrafactuais, os nomes 'Aristóteles' e 'Goiânia' se referem a Aristóteles e a Goiânia, e apesar de tais objetos possuírem, nas ocasiões acima, propriedades que não têm no mundo atual, ainda assim usamos seus nomes rigidamente. E o mesmo se dá também quando os objetos perdem propriedades que possuem no mundo atual, assim:

- Suponhamos que Aristóteles não tenha sido o autor de *Ética a Nicômaco*...
- Imaginemos que Goiânia não seja a capital de Goiás...

Novamente, os nomes continuam se referindo ao mesmo objeto a que se referem no mundo atual. Isso mostra que nomes são designadores rígidos, porque mesmo em situações contrafactuais se referem aos seus portadores usuais, dado que o objeto mantém a identidade consigo mesmo.

Por designador rígido, como já foi dito, Kripke entende o designador que se refere ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Parece que a tese da designação rígida parte dos pressupostos ontológico e lógico de que o objeto referido pelo nome, além de existir, tem de se manter idêntico a si mesmo ao longo dos mundos possíveis, apesar de poder perder ou ganhar propriedades. Nesse sentido, Kripke defende

que as descrições definidas não são designadores rígidos, pois poderiam se referir a um objeto diferente em um outro mundo possível. Por isso, na nossa linguagem, como a usamos para descrever situações contrafactuais, uma certa descrição poderia se referir a um objeto distinto capaz de satisfazer as condições descritivas que nós damos para a referência e que estão na descrição (Kripke, 1980, p.145).

Outro ponto defendido por Kripke é o de que os nomes próprios se referem ao mesmo objeto em todo mundo possível, ao contrário das descrições, visto que se ligam ao mundo diretamente, sem precisarem de uma descrição para se referirem. Usamos esses nomes rigidamente.

Em *Nomes próprios: estudo em semântica e ontologia,* Brito (1998, p. 166) afirma que " A leitura dos nomes próprios como designadores rígidos visa, enfim, permitir um discurso imediato dos objetos, de sorte que o discurso se comporte como se os próprios objetos estivessem nele contidos".

A ligação entre linguagem e mundo pode ser realizada pois, segundo Kripke, o acoplamento dos nomes ao mundo se dá de modo direto e não se realiza por via de uma descrição, apesar de esta servir para fixar a referência dos nomes.

Uma distinção fundamental que é efetivada por Kripke é a de que, ao contrário da teoria Frege-Russell[2], a descrição não pode dar o significado do nome, mas pode servir para fixar sua referência. E, por isso, não é sinônimo do nome. Kripke, tanto em *Naming and necessity* (1980, p.62) bem como em *Identity and Necessity* (1971, p.148-9) propõe um teste intuitivo para a identificação dos designadores rígidos, que consiste na observação de que usamos os nomes como designadores rígidos, mas não fazemos isso ao usar descrições: o número de planetas poderia ser diferente do que de fato é. Poderiam existir somente sete planetas. Podemos dizer que a capital de Goiás poderia ser outra cidade que não a que de fato é. Entretanto, não podemos dizer que Goiás poderia não ser Goiás ou que Aristóteles poderia não ter sido Aristóteles, a não ser que estejamos a falar metaforicamente, como acentua Kripke. Quando usamos um nome próprio em situações contrafactuais, mesmo que o objeto a que ele se refere seja diferente, ou seja, tenha ganhado ou perdido propriedades, ainda assim iremos nos referir ao mesmo objeto, o qual se mantém idêntico a si próprio.

Para Kripke é, pois, plausível que em alguns casos a referência de um nome seja fixada por via da descrição (1980, p.57). Contudo, Kripke não aceita a tese de Frege-Russell, o qual assere que os nomes são

designadores não-rígidos e que são sinônimos de descrições, pois, como vimos, tal tese choca-se frontalmente com as defendidas por Kripke.

Kripke (1980, p.59) acusa Frege de usar o termo 'sentido' em dois sentidos. Para Frege, o sentido de um designador seria seu significado e o sentido é usado, ainda, para mostrar como a referência é determinada. Frege, de acordo com Kripke, identifica os dois sentidos de 'sentido', portanto, ele supõe que os dois, tanto o significado quanto a determinação da referência, são dados pelas descrições definidas. Para Kripke (1980, p. 59), uma descrição pode ser usada como um sinônimo do designador, ou pode ser usada para fixar sua referência. Ora, as descrições, como vimos, não são sinônimos dos nomes. Portanto, podem ser usadas para fixar as referências dos nomes.

O mesmo não é o caso das descrições definidas; estas podem ter seu referente alterado de um mundo para o outro, já que a capital de Goiás poderia muito bem não ser Goiânia; Goiânia não poderia deixar de ser Goiânia. Mesmo que Goiânia não fosse a capital de Goiás, ainda assim usaríamos o nome 'Goiânia' para nos referir ao mesmo objeto, apesar da ausência da propriedade. Assim, ao passo que os nomes são designadores rígidos, as descrições definidas são designadores não-rígidos. Dado o exposto, conclui-se que a tese kripkeana de que os nomes próprios, na linguagem natural, são designadores rígidos é correta.

A TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA DOS NOMES PRÓPRIOS

Para Kripke, a visão tradicional, teoria clássica/descritivista, acerca do uso inequívoco dos nomes próprios a partir da situação batismal não funciona. Por isso, Kripke propõe um esboço de uma teoria que, ao seu ver, seria um melhor quadro que o fornecido pela teoria clássica. Pode-se classificar esse esboço como teoria causal da referência dos nomes.

Kripke aceita que as descrições definidas servem para fixar a referência do nome, apesar de elas não darem o seu significado, em virtude de não serem sinônimos. Kripke pensa que o nome próprio, em seu uso, refere-se ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis, e que não precisamos de nenhuma descrição para usar os nomes corretamente devido ao fato de que é em virtude da conexão com outros falantes da comunidade - retrocedendo ao referente nele mesmo - por uma corrente de comunicação - que nós nos referimos a um certo particular. A referência de um nome é determinada na dependência de outras pessoas da comunidade, percorrendo a história do nome de modo causal, isto é, indo de falante em falante é que determinamos a referência.

Acompanhemos o que Kripke chama de um enunciado tosco do que poderia ser uma teoria. Primeiro, um batismo inicial. No batismo, o objeto pode ser nomeado por ostensão ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome passa de um elo ao outro da corrente, ou pelos anéis da cadeia, aquele que o recebe deve intencionar utilizá-lo com a mesma referência daquele que anteriormente enunciou (Kripke, 1980, p.96).

Observemos um exemplo: alguém nasce e recebe o nome T, inicialmente, por ostensão. Várias pessoas ficam sabendo do nascimento dessa criança e comunicam a outras, por descrição. O nome, assim, passa de um elo ao outro da corrente, percorre uma cadeia causal. Cada pessoa que utiliza o nome deve intencionar utilizá-lo com a mesma referência de quando aprendeu a usar o nome, dado que a comunicação e o uso inequívoco do nome precisam se efetivar.

É de se notar que a teoria causal de Kripke assume um caráter social para estabelecer o modo pelo qual a referência do nome é determinada. Observa-se também a pretensão de usar o nome com a mesma referência que é dada, isto é, quando o nome passa de A (falante), que acredita que o nome T tem por referência o objeto t, para B (falante), este deve utilizar T para se referir ao objeto t, e não ao objeto t'. Brito (1998, p. 70) diz o seguinte acerca da teoria causal:

> *A teoria causal da referência pretende esclarecer como é que a partir da introdução de um nome próprio por meio de seu primeiro uso, é possível manter, através do tempo, a referência inequívoca a seu portador em meio a uma comunidade lingüística.*

Kripke pensa que quando um nome passa de um elo ao outro da cadeia, aquele que recebe o nome deve ter a intenção de utilizá-lo com a mesma referência usada por aquele que lhe ensinou o uso do nome. Disso podemos concluir que

> *Portanto, uma das condições para um uso inequívoco e bem sucedido de um nome próprio é que a intenção no seu uso deve ser mantida a mesma ao longo de toda a cadeia de falantes que o empregam. Deste modo, cada falante referir-se-á ao longo da cadeia ao mesmo objeto.* (Brito, 1998, p. 70)

Verdades Necessárias *a posteriori*

Kripke começa *Identity and necessity* com a introdução de uma questão de filosofia contemporânea, especificamente, de filosofia analítica da linguagem, qual seja: como são possíveis proposições de identidade contingentes?

Entre descrições definidas, infinitos são os exemplos de enunciados de identidade contingentes. Por exemplo: 'A capital de Goiás é a cidade que tem o estádio Serra Dourada'. Poderia muito bem ser o caso que a capital de Goiás não tivesse o estádio Serra Dourada.

E no caso dos nomes próprios, enunciados de identidade que são ladeados por eles são necessários ou contingentes?

Ao analisar os enunciados de identidade entre nomes próprios, Kripke chega à conclusão que eles são, se verdadeiros, necessários e, por isso, não são contingentes. Assim, se eles são verdadeiros, então são necessários. Kripke está consciente de que enunciados de identidade falsos não são necessários. Por que Kripke defende que enunciados de identidade são necessários se verdadeiros? Na lógica formal clássica, podemos provar que a partir de duas premissas, que são a lei da indiscernibilidade dos idênticos e o princípio da identidade com operador modal de necessidade, a conclusão de Kripke acerca dos enunciados de identidade entre nomes próprios é correta.

Acompanhemos a demonstração:

1. (x)(y) (x=y)⇒(Fx⇒Fy) premissa
2. (x) □(x=x) premissa
3. (x)(y) ((x=y)⇒(□(x=x)⇒ □ (x=y))) - substituindo a propriedade •(x=) no lugar de "F" em 1.
4. □ (a=a) 2. eliminação do universal
5. (a=b)⇒(□ (a=a)⇒□(a=b)) 3. eliminação do universal
6. a=b hipótese para prova do condicional
7. □ (a=a)⇒□(a=b) 5,6. *modus ponens*
8. □ (a=b) 4,7. *modus ponens*
9. (a=b)⇒□ (a=b) 6-8. prova do condicional
10. (x)(y) ((x=y)⇒□ (x=y)) 9. introdução de universal

Esse tipo de demonstração lógica a partir da lei de indiscernibilidade dos idênticos e do princípio da identidade com operador modal permite que percebamos que (x)(y) ((x=y) ⇒□(x=y)) é uma verdade necessária[3] e que, por esse motivo, não podem os enunciados de identidade ser contingentemente verdadeiros. Entretanto, Kripke aponta aqui um paradoxo. E este existe porque há enunciados de identidade contingentes, como é o caso de enunciados de identidade entre descrições definidas. Para o escopo

de nosso trabalho, só nos interessam os enunciados de identidade entre nomes próprios; a lógica formal nos mostra que enunciados de identidade entre nomes próprios, se são verdadeiros, então são necessários.

Estamos a um passo de compreender a construção de verdades necessárias *a posteriori*. Como Kripke (1980, p. 28) consegue construir tais verdades? Pensemos em um exemplo fornecido por Kripke que diz respeito a quando descobrimos que dois nomes têm o mesmo referente: Alguém olha o céu ao entardecer e vê um certo corpo celeste e o chama de 'Hesperus'. Ao amanhecer, a pessoa denomina um corpo celeste de 'Phosphorus'. Descobre, depois de algum tempo, que Hesperus e Phosphorus são, de fato, o mesmo objeto - o planeta Vênus - expressando isso por 'Hesperus é Phosphorus'. Tal enunciado, como vimos pelo procedimento formal de prova, se é verdadeiro, então é necessário. Aponta Brito (1998, p. 166) que

> *Se é necessário que qualquer objeto seja idêntico a si mesmo, então não há enunciado de identidade constituído por designadores rígidos que seja verdadeiro e contingente, uma vez que todo enunciado de identidade não expressaria nada mais além da identidade de um objeto consigo mesmo.*

Na mesma página, Brito afirma que a incerteza sobre enunciados de identidade do tipo 'a=b' poderia ser completamente superada se considerássemos seus termos componentes designadores rígidos. Ora, parece que é exatamente isso que Kripke tem em mente.

Por isso, se tivermos algum conhecimento empírico da verdade desse enunciado, então é automaticamente conhecimento empírico de que ele é necessário. Kripke (1980, p. 159) diz que isso pode dar uma pista de uma caracterização geral de um conhecimento *a posteriori* de verdades necessárias. Se é verdade que *Hesperus* é *Phosphorus* e se os nomes são designadores rígidos capazes de, portanto, manter a mesma referência em todo mundo possível, então os dois nomes se referem ao mesmo objeto e, como sabemos, todo objeto é necessariamente idêntico a si próprio, por conseguinte, enunciados de identidade, quando verdadeiros, são verdades necessárias; por outro lado, são conhecidos *a posteriori*, pois para decidir acerca da verdade de tais enunciados podemos precisar da experiência. Desse modo, Kripke conclui que enunciados de identidade entre nomes próprios são necessários, se de algum modo são verdadeiros.

CONCLUSÃO

Procurei, neste trabalho, dar ao leitor uma noção de alguns desenvolvimentos em filosofia analítica, todos fornecidos por Kripke, quais sejam: a tese da designação rígida e uma de suas conseqüências, a aceitação de verdades necessárias *a posteriori* , bem como a teoria causal. Alguns conceitos foram tomados trivialmente para facilitar a compreensão do texto e pela impossibilidade de elucidá-los ao extremo.

No mais, é importante que salientemos, como últimas observações, que existe uma autonomia da teoria causal, pois ela não depende da tese da designação rígida. Ao contrário, as verdades necessárias *a posteriori* só podem ser obtidas a partir do fato de os nomes próprios serem designadores rígidos. Portanto, quem não aceita que os nomes próprios são designadores rígidos não é levado às verdades necessárias *a posteriori.*

Notas

[1] Apesar de Kripke não dar o significado de "enunciado de identidade", assumiremos que é o que acima está estipulado.

[2] Para Russell, as descrições definidas denotam um único objeto, devido ao fato de enumerarem as propriedades que o identificam univocamente. O ataque de Kripke consiste em mostrar que as descrições não se referem ao mesmo objeto em todo mundo possível. Kripke sugere que em dar uma teoria da referência dos nomes, a teoria Frege-Russell falha, embora seja precisa em dar uma teoria de como os nomes fixam sua referência, isto é, uma teoria do significado. Fixar a referência de um nome não é determinar a sua referência, pois essa é tarefa de uma teoria da referência.

[3] Kripke (1980, p. 3) afirma: "Quais pares (x,y) poderiam ser contra-exemplos? Nenhum par de objetos distintos, visto que assim o antecedente seria falso. Nenhum par do objeto consigo mesmo, pois assim o conseqüente seria verdadeiro." Sabemos, pela semântica da implicação material na lógica clássica, que uma implicação é verdadeira, desde que seu antecedente seja falso ou o conseqüente verdadeiro. No caso acima, é impossível dar um contra-exemplo capaz de fazer o enunciado ser falso. Por isso, é uma verdade necessária.

Referências bibliográficas

BÉZIAU, J. Y. Singular terms in mathematical logic : definite descriptions, proper names, rigid designation and meaning from the Standpoint of mathematical Logic. *Resumos do XII Encontro brasileiro de Lógica.* Rio de Janeiro, 1998.

BRITO, A. N. Nomes próprios : estudo em semântica e ontologia. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

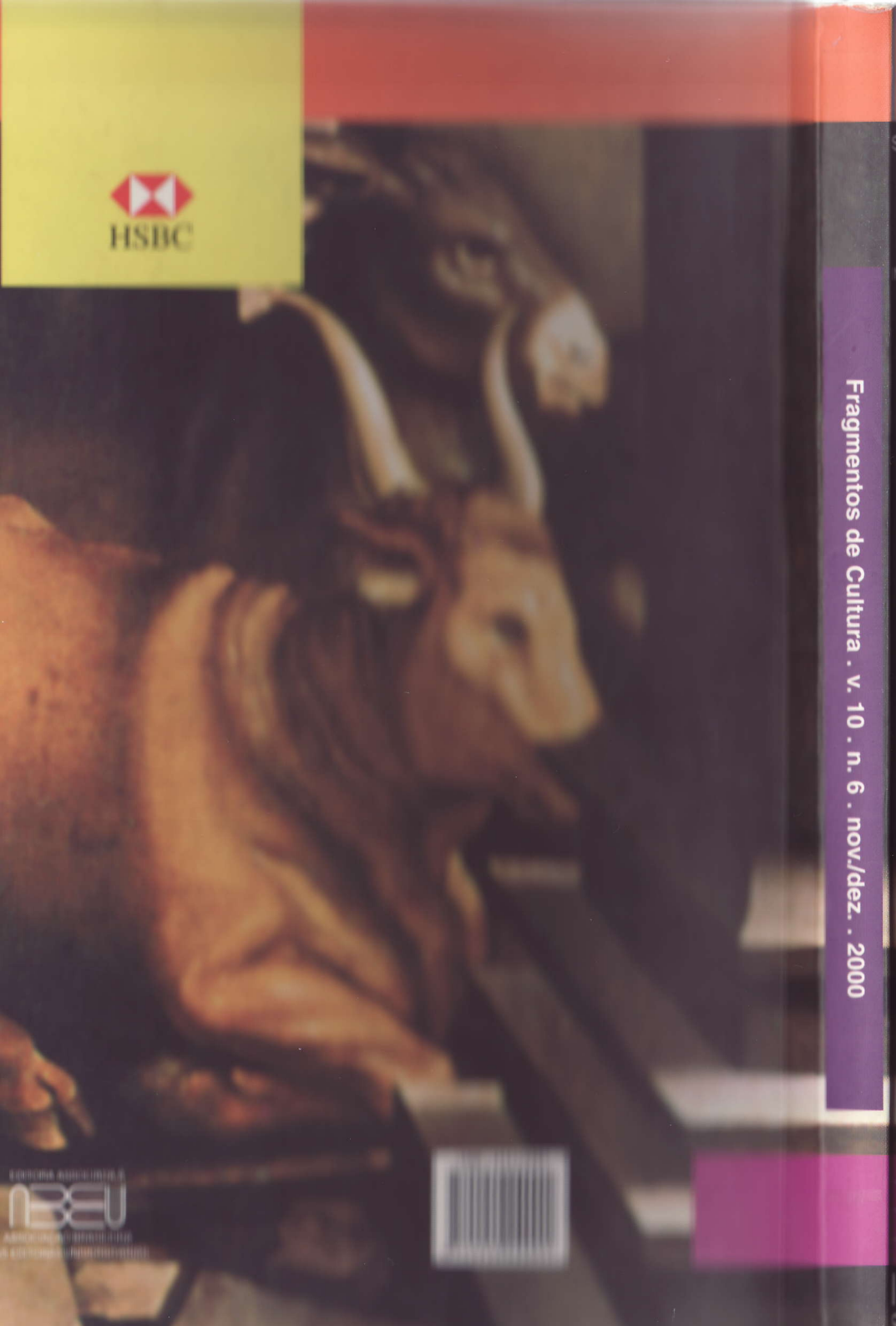
FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem.* Tradução de Paulo Alcoforado (Org.). São Paulo : Cultrix. 1978.

HAACK, S. *Philosophy of logics.* Cambridge, UK : Cambridge University Press, 1978.

KRIPKE, S. A. Identity and Necessity. In: M. MUNITZ, M. (Ed.). *Identity and individuation.* New York : New York University Press,1971.
____. *Naming and necessity.* Cambridge : Harvard University Press, 1980.
NOLT, J., e ROHATYN, D. *Lógica.* Tradução de Mineko Yamashita. São Paulo : McgrawHill, 1991.
QUINE, W. *Dois dogmas do empirismo.* Ensaios : de um ponto de vista lógico. Tradução de Marcelo Guimarães da Silva Lima. [S.l. : s.n.], 1975. (Os Pensadores)
RUSSELL, B. *On denoting. Logic and knowledge.* London : Unwin-Hyman, 1956.
____. A filosofia do atomismo lógico. *Ensaios escolhidos.* Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo : Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
SEARLE, J. Proper names. *Mind,* v.67, p.166-173, [S. l.], 1958.
STANLEY, J. Names and rigid designation. In: HALE, B., WRIGHT, Cr. (Ed.). A companion to the philosophy of language. Oxford : Blackwell, 1997, p.555-585.
STRAWSON, Peter F. Sobre referir. In: *Ensaios* : Escritos lógico-lingüísticos. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. [S.l. : s.n.], 1975. (Os Pensadores)
TUGENDHAT, E., WOLF, U. *Propedêutica lógico-semântica.* Tradução de Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis : Vozes, 1996.

Abstract: *this text attempts to expose recent theoretical gains in the sphere of philosophical analyse of language using Saul Kripke as the starting point.*

Key words: *rigid designation, casual theory, necessary truth.*



Fragmentos de Cultura . v. 10 . n. 6 . nov./dez. . 2000

ISSN 1414-0594

FRAGMENTOS DE CULTURA

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS/SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA/UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

v. 10
n. 6
nov./dez.
2000

IFITEG
SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

Editora da UCG